

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.644 - MG (2020/0046552-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : FLAVIO MACHADO COSTA DE SOUZA
ADVOGADO : EDUARDO DA MATTA M. DIAS DE CASTRO - MG120538
RECORRIDO : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : LANDULFO DE OLIVEIRA FERREIRA JUNIOR - MG054418
ANTÔNIO CHAVES ABDALLA - MG066493
RENATA RIBEIRO LAMOUNIER MOURA - MG097690
BRUNA SOARES DOS SANTOS - MG127455

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEIÇÃO - AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ.

A inversão do ônus probatório não é obrigatória, ficando a critério do julgador, na qualidade de destinatário da prova, a sua necessidade e conveniência. Para que se configure o cerceamento de defesa e, por consequência, uma grave ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, é necessário que a prova, que deixou de ser produzida, se caracterize como relevante e imprescindível para a solução da lide. A perícia elaborada nós autos, submetida ao direito de ampla defesa e do contraditório, foi suficiente para provar a ausência de invalidez do autor, o que impede a condenação da ré ao pagamento do seguro pleiteado.

Alega-se violação dos artigos 1.022, 489, 369, 364, § 2º, e 373, I, do Código de Processo Civil e 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento de que o acórdão local é omissa, que houve cerceamento de defesa e que suas provas não foram levadas em consideração e que seria o caso de inversão do ônus da prova.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissa, nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia

adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto à inversão do ônus da prova e o alegado cerceamento de defesa, disse a Corte local que, embora tenha havido requerimento de "a inversão do ônus da prova na petição inicial e, apesar de dizer o contrário em seu recurso, não reiterou o pedido, tendo protestado pela realização de prova pericial (fls. 207), a qual foi deferida (fls. 208), e, quando da intimação (fls. 274) para se manifestar acerca dos esclarecimentos periciais de fls. 272/273, ficou-se inerte, conforme se observa às fls. 299" (e-STJ, fls. 407/408).

Além disso, quando "intimado para especificar provas (fls. 265), o autor/ora Apelante protestou apenas pela realização de prova pericial (fls. 207), a qual foi deferida (fls. 208)" (e-STJ, fl. 409).

Incompreensível, portanto, a alegação de ser devida a inversão do ônus da prova e de cerceamento de defesa, a atrair a incidência do verbete n. 284 da Súmula do

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal Federal.

Quanto ao mais, parece não se atentar o agravante de que no direito processual pátrio vige o princípio do livre convencimento motivado.

O Tribunal local, com base na perícia médica produzida, concluiu que "não restou provada a invalidez ou incapacidade permanente do Apelante, condição imprescindível ao reconhecimento do seu direito.

No tocante a alegação do Apelante de que: há nos autos relatório da PMMG atestando a sua reprovação no teste de capacidade física, e continua trabalhando nos quadros da Polícia Militar, em função meramente administrativa, infere-se às fls. 56 que o Recorrente ficou afastado da sua função por licença médica, por menos de 30 dias, em setembro de 2008 e, conforme o mesmo relatou ao perito: 'Foi submetido a tratamento fisioterápico, aproximadamente 70 sessões.

Nega tratamento posterior ou acompanhamento médico atual.' (...) 'Retornando às atividades normais de policial'" (fls. 257).

Inequívoca, pois, a incidência do enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso. Nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora